

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional de Registro "Dr. Sergio Aluísio H0mem Torres"

Instituto Sócrates Guanaes - ISG

Hospital Regional de Registro – HRR

CNPJ nº 03.969.808/0012-22

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Balço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		17.990.366,30	9.063.589,30
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.319,26	2.384.430,29
Contrato de Gestão e Convênios	5	15.123.009,86	3.957.190,50
Estoque	6	2.159.565,13	2.282.211,21
Outros Créditos	7	404.389,30	334.734,87
Despesas Antecipadas	8	106.082,75	105.022,43
Não Circulante		84,00	84,00
Depósitos em caução		84,00	84,00
Total do ativo		17.990.450,30	9.063.673,30
Ativo compensado	9	6.054.167,10	5.772.564,55
Total do ativo e do ativo compensado		24.044.617,40	14.836.237,85

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
Sem movimento			
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em um novo processo de concorrência pública para administrar mais uma importante unidade de saúde do estado, o HRR - Hospital Regional de Registro, localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a partir de abril de 2018. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRR, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018, assinado em 04 de abril de 2018, com vigência de 60 meses, e seus respectivos aditivos. **2. Base de preparação:** **2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis do contrato de gestão, são recursos com restrição em detrimento de

cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000.006/2018, assinado em 04 de abril de 2018, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado:** **a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRR e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no curso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames. **3.5. Patrimônio líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. de Glosa e Ajustes (-)	Custo Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2018	16.111.622,29	202.315,90	1.265.089,21	4.607,91	- 9.722.814,95	5.330.641,94	86.262.826,88	70.151.204,59	461.071.926,89	(62.960.979,04)	444.960.304,60	450.290.946,54
2019	70.786.704,74	481.835,61	1.139.315,07	13.439,13	(723.396,40)	75.671.888,93	49.929.205,16	49.293.705,01	(62.960.979,04)	311.212.620,82	311.737.434,64	
2020	81.715.764,49	139.854,88	268.384,20	664.060,35	- 86.733.299,84	(3.957.190,50)	82.495.152,00	50.073.092,52	-	229.496.856,33	225.539.665,83	
2021	79.084.654,06	49.264,09	281.602,55	644.485,64	(18.536,79)	90.681.157,39	(15.123.009,86)	50.542.586,96	21.531.025,42	-	150.412.202,27	135.289.192,41

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HRR), desta forma a mesma é controlada no ativo, e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Contudo, conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 15,123 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001.0500.000.006/2018 ISG-HRR, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 150.412 milhões até a conclusão do contrato prevista para junho de 2023. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 135.289 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual. **6. Estoque:** Em 31 de dezembro de 2021, o estoque apresenta o saldo de R\$ 2.159.565,13 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

Custo	Móveis e Utensílios		Equip. de Máq. e Equip.		Equip. de Informática		Equip. Hospitalares		Bens Recebidos em Doação		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Em 31 de dezembro de 2019	403.263,22	429.576,43	8.568,22	259.275,98	102.107,90	1.737.300,93	23.000,00	258.602,55	-	2.404.044,28	
Adição	540,00	-	-	-	-	-	-	-	-	268.384,20	
Em 31 de dezembro de 2020	403.803,22	429.576,43	-	-	-	-	-	-	-	2.672.788,48	
Adição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281.602,55	
Em 31 de dezembro de 2021	403.803,22	429.576,43	102.107,90	1.760.300,93	258.602,55	2.954.391,03	-	-	-	3.927.374,84	

hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 001.0500.000006/2018, ISG-HRR. **11. Salários e encargos sociais:** As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2021	2020
Insumos Covid	3.089.232,28	3.089.232,28
Horas Extras	10.543,79	10.543,79
Total	3.099.776,07	3.099.776,07

10. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	3.865.374,58	1.132.979,71
Fornecedores de serviços (ii)	4.843.259,66	3.860.993,80
Total	8.708.634,24	4.993.973,51

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e

	2021	2020
Salários a pagar	1.017.056,13	933.956,33
INSS	437.307,71	432.953,05
FGTS	157.090,08	137.552,75
Provisões férias e encargos	2.285.119,08	1.938.689,47
Outros (i)	30.801,84	7.473,12
Total	3.927.374,84	3.450.624,72

(i) Refere-se a valores de rescisões contratuais, pensões alimentícias e contribuições sindicais e assistenciais a recolher.

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
Receitas operacionais - com restrição	Nota	2021	2020
Programa atividades de saúde	16	90.269.010,21	86.197.768,81
Receitas com restrição		90.269.010,21	86.197.768,81
Outras receitas atividades de saúde	17	644.474,61	663.471,54
Custos com programa		(75.503.414,35)	(72.430.604,47)
Programa atividades de saúde com restrição	18	(75.503.414,35)	(72.430.604,47)
Superávit bruto		15.410.070,47	14.430.635,88
Despesas operacionais atividade de saúde com restrição		19	19
Com pessoal	19.1	(3.806.987,07)	(3.006.551,74)
Serviços prestados por terceiros	19.2	(8.404.056,53)	(8.507.794,49)
Gerais e administrativas	19.3	(3.049.238,22)	(2.992.151,62)
Tributárias	19.4	(31.963,92)	(42.437,86)
Total		(15.292.245,74)	(14.548.935,71)
Déficit antes do resultado financeiro		117.824,73	(118.299,83)

Resultado financeiro atividade de saúde com restrição			
	2021	2020	
Receitas financeiras	49.275,12	140.443,69	
Despesas financeiras	(167.099,85)	(22.143,86)	
Total	(117.824,73)	118.299,83	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020	
Variações nos ativos e passivos			
Estoque	122.646,08	(1.044.452,24)	
Créditos com contrato de Gestão	(11.165.819,36)	(3.957.190,50)	
Outros Créditos	(69.654,43)	185.243,87	
Despesas antecipadas	(1.060,32)	(6.919,68)	
Partes relacionadas	4.665.832,88	50,33	
Fornecedores	3.714.660,73	394.561,40	
Salários e encargos sociais	476.750,12	918.235,57	
Obrigações tributárias	(20.135,65)	43.972,78	
Subvenções assistenciais a realizar	-	17.057,21	
Outros passivos	89.668,92	(523.681,39)	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	(2.187.111,03)	(3.973.122,65)	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(2.187.111,03)	(3.973.122,65)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.384.430,29	6.357.552,94	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	197.319,26	2.384.430,29	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa			
	2021	2020	
Caixa	1.492,04	2.018,56	
Banco	-	-	
Aplicações financeiras (*)	195.827,22	2.382.411,73	
Total	197.319,26	2.384.430,29	

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a conta de certificado de depósito bancário (CDB) no Banco do Brasil S.A. remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão é alocado em conta corrente criada especificamente e exclusivamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

Taxa %			
	2021	2020	
Banco do Brasil CORP 400MIL 21.524-1 3,7978	195.827,22	2.382.411,73	
Total	195.827,22	2.382.411,73	

5. Contrato de Gestão e Convênios: O montante de subvenção a realizar proveniente do contrato de gestão nº 001.0500.000006/2018 ISG-HRR e seus respectivos termos aditivos, está composto da seguinte forma:

12. Obrigações Tributárias			
	2021	2020	
Imposto de Renda retido na fonte PJ	41.425,66	52.113,06	
Imposto de Renda retido na fonte PF	150.609,93	126.831,40	
Pis/Cofins e Cslr retidos de terceiros	300.412,44	316.065,40	
Iss retido de terceiros	7.850,38	10.880,58	
Inss retido de terceiros	36.300,80	53.659,92	
Pis sobre folha de pagamento	25.255,03	22.439,53	
Total	561.854,24	581.989,89	

13. Outros Passivos			
	2021	2020	
Medicamentos Recebidos de Terceiros	107.145,36	35.952,75	
Total	107.145,36	35.952,75	

14. Provisões Contingenciais: A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que em 2021, o valor de R\$ 19.608,74 refere-se ao valor de contingências trabalhistas consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade.

Ações			
	2021	2020	
Prováveis	1	1	
Trabalhistas	1	1	
Cível	-	-	
Tributária	-	-	
Total	1	1	

15. Partes Relacionadas			
	2021	2020	
Partes relacionadas a Pagar			
ISG - HRJR	3.109.712,95	-	
ISG - HRLN	1.556.119,93	-	
Total	4.665.832,88	-	

... continuação

Instituto Sócrates Guanaes - ISG

17. Outras Receitas Atividades de Saúde com restrição		
	2021	2020
Cessão de Espaço	6.300,00	-
Contribuições e Doações	638.174,61	663.471,54
	644.474,61	663.471,54

18. Custos com programa de Atividades de Saúde com restrição		
	2021	2020
Custo com pessoal próprio (i)	19.838.498,38	18.514.478,36
Materiais médicos e hospitalares	3.901.227,37	3.443.611,22
Medicamentos	5.064.582,48	3.460.454,98
Materiais de uso e consumo	1.129.857,35	975.945,21
Órtese e Prótese	4.369.777,80	3.939.012,69
Ajuste de Inventário e Perdas	(7.790,17)	169.205,37
Bens adquiridos CG	281.602,55	268.384,20
Custos de serviços assistenciais e apoio (ii)	40.925.658,59	41.659.512,44
	75.503.414,35	72.430.604,47

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros. **19. Despesas Operacionais Atividade de Saúde com restrição: 19.1. Despesas com pessoal**

	2021	2020
Salários	2.130.455,35	1.876.076,72
Horas extras	73,01	1.026,80
Adicionais	122.084,93	15.056,80
Férias	321.204,46	211.390,88
13º salário	234.413,81	158.850,94
Aviso prévio	39.198,56	11.580,34
DSR	5.473,99	2.069,76
Benefícios (i)	937,73	28.676,87
Encargos sobre a folha	926.949,70	681.950,74
Outras despesas (ii)	6.951,38	-
Auxílio Educação	19.244,15	19.871,89
	3.806.987,07	3.006.551,74

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte e vale alimentação/Refeição pagos aos funcionários. (ii) Refere-se a indenizações: **19.2. Serviços Prestados por Terceiros**

	2021	2020
Serviços advocatícios	66.000,00	66.172,00
Serviços de consultoria (i)	1.670.243,89	1.619.216,23
Serviços de contabilidade	128.700,00	177.363,30
Serviços especializados em TI	818.658,81	1.003.325,14
Serviços de RH	271.084,29	219.861,23
Serviços Gráficos	22.045,00	17.296,76
Serviços de manutenção em geral	49.421,00	122.029,60
Despesas corporativas (ii)	1.681.612,61	1.625.263,92
Serviços de frete/transporte	-	1.705,70
Serviços de Engenharia clínica	1.003.280,86	981.677,81
Serviços de Alimentação	2.627.557,75	2.659.200,76
Outros serviços	65.452,32	14.682,04
	8.404.056,53	8.507.794,49

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

19.3. Gerais e Administrativos			2021	2020
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	196.896,47	380.888,75		
Aluguel de Bens Imóveis	0,00	64.622,74		
Utilidades e Serviços (i)	2.770.987,91	2.453.289,73		
Despesas Gerais	36.790,94	49.709,10		
Contingências Trabalhistas	18.476,31	1.132,43		
Viagens e Estádias	26.086,59	42.508,87		
	3.049.238,22	2.992.151,62		

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios, cartório, gás liquefeito de petróleo-GLP e seguros. **19.4. Despesas Tributárias:**

	2021	2020
IOF	1.534,88	5.831,87
IRRF sobre Aplicações Financeiras	6.106,06	33.664,55

	2021	2020
IOF sobre Aplicações Financeiras	23.550,51	-
Outros Impostos e Taxas	772,47	2.941,44
	31.963,92	42.437,86

20. Resultado Financeiro atividade de saúde com restrição			2021	2020
Receitas Financeiras	49.275,12	140.443,69		
Despesas Financeiras	(167.099,85)	(22.143,86)		
	(117.824,73)	118.299,83		

21. Eventos subsequentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas. Registro - SP, 01 de Abril de 2022.

Diretoria		
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes	Ernesto Stangueti	Raphael Lindenbach de Moraes
Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72	Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15	CRC 1SP 261037

Relatório - Contratado X Realizado						
	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Clinica Médica	365	523	43%	348	384	10%
Pediatria	190	313	65%	180	400	122%
Total	555	836	51%	528	784	48%
470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica						
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Eletivas	640	163	-75%	630	458	-27%
Urgências	420	467	11%	420	418	-
Total	1.060	630	-41%	1.050	876	-17%
322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais						
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	132	129	-2%	132	122	-8%
Cirurgias Ambulatoriais	235	246	5%	222	307	38%
Total	367	375	2%	354	429	21%
185 - Urgência / Emergência						
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Consultas de Urgência	1.200	2.112	76%	1.200	1.818	52%
271 - Consultas Médicas						
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	1.300	188	-86%	1.200	657	-45%
Interconsultas	972	274	-72%	972	834	-14%
Consultas Subseqüentes	2.350	2.605	11%	2.160	3.478	61%
Total	4.622	3.067	-34%	4.332	4.969	15%
526 - Consultas Não Médicas						
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	180	37	-79%	180	59	-67%
Interconsultas	90	211	134%	90	221	146%
Consultas Subseqüentes	48	68	42%	48	79	65%
Total	318	316	-1%	318	359	13%
275 - SADT Externo						
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Diagnóstico por Tomografia	180	135	-25%	180	160	-11%
Diagnóstico por Ressonância Magnética	1.200	883	-26%	1.200	986	-18%
Diagnóstico por Endoscopia	30	20	-33%	-	21	-
Métodos Diagnósticos em Especialidades	420	553	32%	420	759	81%
Total	1.830	1.591	-13%	1.800	1.926	7%
647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
TC abdome superior	-	-	-	64	-	-100%
TC tórax	-	-	-	64	-	-100%
Total	-	-	-	128	-	-100%

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Os diretores e conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG. Gestor do Hospital Regional de Registro - HRR. Registro - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRR - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRR, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na Nota Explicativa "6 - Estoque", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis da Entidade, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade do Instituto, foram insuficientes para concluir sobre a composição do custo do estoque. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito Subvenções a receber, proveniente de repasses da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, estão correlacionados nas Notas "5. Contrato de Gestão e Convênios", "16. Receitas Operacionais - Com Restrição" e "17. Outras Receitas Atividade de Saúde - Com Restrição", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a receber, no valor de R\$ 15.123 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de N.º 001.0500.000.006/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de Registro - HRR, será efetivada no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 90.913 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o Regime de Competência estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacio-

rio financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. **Crédito Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3. Principais Políticas Contábeis", subitem "3.2. Ativo Imobilizado", letra "a", "Reconhecimento e Mensuração", informados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N.º 001.0500.000.006/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de Registro - HRR, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRR optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprova à NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase - Continuidade das operações, controles gerenciais do ativo e passivo compensado e transações entre partes relacionadas:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000.006/2018. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 03/04/2023. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000.006/2018 e demais termos aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Hospital Regional de Registro - HRR. Contudo, não evidenciamos os registros destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado, identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "15 - Partes relacionadas", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 25 de março de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos contro-

dentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Registro - SP, 05 de abril de 2022.

Work7 José Ricardo Xavier - Contador